

**Occam Institucional Fundo de
Investimento em Cotas de Fundos de
Investimento Multimercado II
(Anteriormente denominado Brasil Plural
Institucional Fundo de Investimento em
Cotas de Fundos de Investimento
Multimercado II)
CNPJ nº 15.578.417/0001-03
(Administrado pela BNY Mellon Serviços
Financeiros Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários S.A.)**

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 30 de junho de 2019
e Relatório dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e à Administradora do
Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II
(Anteriormente denominado Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II)
(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II ("Fundo"), administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora"), que compreendem o demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 30 de junho de 2019 e a respectiva demonstração das evoluções do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II em 30 de junho de 2019 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados por meio da Instrução nº 555/14, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM ("ICVM 555/14").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Existência e valorização dos ativos financeiros

Em 30 de junho de 2019, o Fundo mantinha R\$341.419 mil, equivalentes a 100,16% de seu patrimônio líquido, investidos em cotas de fundos de investimento ("fundos investidos"), que são custodiadas pelos seus respectivos administradores, e cujo valor justo é mensurado, pela Administradora, com base nos valores das cotas dos referidos fundos investidos, divulgados pelas suas administradoras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Em função da representatividade dos saldos destes ativos financeiros em relação ao patrimônio líquido do Fundo, consideramos a sua existência e valorização como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria aplicáveis aos fundos investidos incluíram, entre outros: (i) leitura das demonstrações financeiras auditadas mais recentes dos fundos investidos (ii) teste de existência realizado por meio do confronto das posições em aberto na carteira do Fundo, em 30 de junho de 2019, com os correspondentes extratos emitidos pelos administradores dos fundos investidos; (iii) teste de valorização das cotas dos fundos investidos em aberto na carteira do Fundo, em 30 de junho de 2019, por meio do recálculo do valor justo com base no valor das cotas divulgado pelos administradores dos fundos investidos; e (iv) análise da composição da carteira do fundo investido mais representativo, a fim de avaliar o perfil de risco dos ativos detidos pelo referido fundo investido.

Com base nos procedimentos de auditoria supracitados, consideramos os valores dos referidos ativos financeiros aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administradora do Fundo pelas demonstrações financeiras

A Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento regulamentados pela ICVM 555/14 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administradora é responsável, dentro das prerrogativas previstas na ICVM 555/14, pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administradora pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administradora.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administradora, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.


Comunicamo-nos com a Administradora a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administradora, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2019



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ



Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC 1RJ 081.401/O-5

Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II

(anteriormente denominado Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II)

CNPJ: 15.578.417/0001-03

(Administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrativo da composição e diversificação da carteira em 30 de junho de 2019

(Em milhares de Reais)

Aplicações/especificações	Quantidade	Custo total	Valor Justo/realização	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades				
BNY Mellon Banco S.A.			3	-
Cotas de fundos		327.003	341.419	100,16
Renda Fixa				
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	67.131	117	118	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI II	68.344	117	118	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI III	68.345	117	118	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI IV	68.343	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI V	68.555	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI VI	68.556	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI VII	68.555	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI VIII	69.222	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI IX	69.221	117	117	0,03
BNY Mellon ARX Liquidez Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI X	69.223	117	117	0,03
Multimercado:				
Occam Institucional Fundo de Investimento Multimercado	116.525.242	325.833	340.246	99,86
Valores a receber			678	0,21
Resgates de cotas de fundo a receber			677	0,21
Outros			1	-
Valores a pagar			(1.315)	(0,37)
Taxa de administração			(335)	(0,09)
Taxa de performance			(279)	(0,07)
Cotas a resgatar			(677)	(0,20)
Outros			(24)	(0,01)
Patrimônio líquido			340.785	100,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II
(anteriormente denominado Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II)
CNPJ: 15.578.417/0001-03

Demonstrações das evoluções do patrimônio líquido

Exercício findo em 30 de junho de 2019

(Em milhares de Reais, exceto os valores das cotas)

	2019	2018
Patrimônio líquido no início dos exercícios		
93.690.522,14 cotas a R\$ 1,845404	172.897	-
71.434.021,59 cotas a R\$ 1,685466	-	120.400
Cotas emitidas por incorporação (Nota Explicativa nº 1)		
46.456.484,02 cotas	-	83.618
Cotas emitidas		
152.624.603,30 cotas	295.797	-
31.915.143,17 cotas	-	58.157
Cotas resgatadas		
75.875.572,81 cotas	(133.135)	-
56.115.126,64 cotas	-	(79.960)
Variações nos resgates de cotas	<u>(14.031)</u>	<u>(20.261)</u>
Patrimônio líquido antes do resultado dos exercícios	<u>321.528</u>	<u>161.954</u>
Composição do resultado dos exercícios		
Cotas de fundos		
Resultado com aplicações em cotas de fundos	<u>22.131</u>	<u>12.250</u>
Receitas		
Receitas diversas	<u>2</u>	<u>1</u>
Despesas	<u>(2.876)</u>	<u>(1.308)</u>
Taxa de administração	(2.410)	(1.241)
Taxa de performance	(386)	(12)
Auditoria e custódia	(44)	(33)
Publicações e correspondências	(7)	(5)
Taxa de fiscalização	(18)	(13)
Despesas diversas	(11)	(4)
Resultado dos exercícios	<u>19.257</u>	<u>10.943</u>
Patrimônio líquido no final dos exercícios		
170.439.552,63 cotas a R\$ 1,999444	340.785	-
93.690.522,14 cotas a R\$ 1,845404	<u>-</u>	<u>172.897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II ("Fundo"), anteriormente denominado Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II, foi constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e iniciou suas operações em 6 de julho de 2012. O Fundo tem como objetivo buscar retornos superiores à variação do CDI em longo prazo.

A gestão da carteira do Fundo compete à Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda. ("Gestora"). Até 27 de setembro de 2018, a gestão da carteira do Fundo competia à Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda.

De acordo com o Regulamento do Fundo, a estratégia adotada pela Gestora consiste em alocar, no mínimo, 95% de suas cotas no Occam Institucional Fundo de Investimento Multimercado, anteriormente denominado Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento Multimercado, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Administradora") e gerido pela Gestora.

O Fundo tem como público-alvo investidores em geral.

Em Assembleia Geral de Cotistas, de 5 de fevereiro de 2018, foi deliberada a incorporação integral do Brasil Plural Institucional 15 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, no fechamento do dia 9 de fevereiro de 2018. Essa incorporação aumentou o patrimônio líquido do Fundo em R\$ 83.618, correspondentes à emissão de 46.456.484,02 cotas.

Os investimentos em fundos não são garantidos pela Administradora, pela Gestora ou por qualquer mecanismo de seguro, ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Os cotistas estão expostos à possibilidade de serem chamados a aportar recursos nas situações em que o patrimônio líquido do Fundo se torne negativo.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis aos Fundos de Investimento, previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento - COFI e demais orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especialmente pela Instrução CVM nº 555/14 e alterações posteriores.

3 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Reconhecimento de receitas e despesas

A Administradora adota o regime de competência para o registro das receitas e despesas.

b. Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido na Instrução nº 577/16 da CVM, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias específicas, de acordo com a intenção de negociação dos cotistas, atendendo aos seguintes critérios para contabilização:

i. Títulos para negociação

Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor justo, em que os ganhos e/ou as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado; e

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

ii. *Títulos mantidos até o vencimento*

Incluem os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos, desde que observadas as seguintes condições:

- Que o Fundo seja destinado, exclusivamente, a um único investidor, a investidores pertencentes ao mesmo conglomerado ou grupo econômico-financeiro ou a investidores qualificados, estes últimos definidos como tal pela regulamentação editada pela CVM relativa aos fundos de investimento; e
- Que todos os cotistas declarem, formalmente, por meio de um termo de adesão ao Regulamento do Fundo, a sua capacidade financeira e anuência à classificação de títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo como mantidos até o vencimento.

Cotas de fundos

As cotas de fundos de investimento são registradas ao custo de aquisição, ajustado diariamente pela variação no valor das cotas informado pela Administradora, e estão classificadas na categoria de "Títulos para negociação". A valorização e/ou a desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em "Resultado com aplicações em cotas de fundos".

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

a. Tipos de riscos

Mercado

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado, resultando em alterações nas taxas de juros e câmbio, nos preços dos papéis e nos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Fundo e/ou dos fundos investidos. O valor dos ativos que integram a carteira do Fundo e/ou dos fundos investidos pode aumentar ou diminuir de acordo com as flutuações de preços e cotações de mercado. A queda ou o aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira do Fundo e/ou dos fundos investidos podem ser temporários, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados.

Ao utilizar operações de derivativos, o risco de mercado pode ser ampliado através de posições direcionais e alavancagem ou reduzido através de operações de *hedge*. Como os recursos necessários para efetuar operações de derivativos são apenas para depósitos de margem ou prêmios de opções, caso seja permitido aos fundos investidos alavancar posições, na hipótese de grandes oscilações no mercado, estes poderão incorrer em perdas superiores ao valor do seu patrimônio líquido. Existe também o risco de distorção do preço entre o derivativo e seu ativo objeto para as operações de *hedge*, o que pode ocasionar aumento da volatilidade dos fundos investidos, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos cotistas.

Crédito

Consiste no risco de a contraparte, em algum instrumento financeiro, não honrar os pagamentos devidos ao Fundo e/ou aos fundos investidos.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

Liquidez

Consiste no risco de o Fundo e/ou os fundos investidos não honrarem suas obrigações ou os pagamentos de resgates nos prazos previstos no seu Regulamento. Esse risco é associado ao grau de liquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo e/ou dos fundos investidos e aos prazos previstos para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

b. Controles relacionados aos riscos

O controle do risco da Administradora é baseado na perda máxima aceitável projetada para os fundos investidos, de modo a evitar que incorram em risco excessivo. Entende-se por risco excessivo a manutenção de posições em carteira que gerem perdas projetadas superiores aos limites preestabelecidos pela Administradora, de acordo com a realização dos controles de *value at risk* ("VaR"). Os limites de VaR são estabelecidos como percentual do patrimônio líquido, bem como diferentes fatores de risco. Esses parâmetros podem ser alterados de acordo com mudanças estruturais no mercado ou a qualquer momento a critério da Administradora.

A avaliação do risco de crédito é efetuada pela Gestora e pela Administradora, que efetua o monitoramento dos eventos de pagamento de juros, amortização e vencimento das operações, quando aplicável. Em caso de ocorrência de algum *default* no pagamento desses eventos, a capacidade financeira do emissor ou da contraparte é avaliada pelo Comitê de Crédito da Administradora, onde são tomadas decisões para a constituição ou não de provisão para perdas.

O controle do risco de liquidez é baseado no monitoramento do nível de solvência, verificando um percentual mínimo de ativos, em relação ao patrimônio líquido do Fundo, com liquidez compatível com o prazo previsto para conversão em quantidade de cotas e pagamento dos resgates solicitados.

Embora seja mantido sistema de gerenciamento de risco das aplicações do Fundo, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os cotistas.

c. Análise de sensibilidade

O VaR é uma métrica de risco que informa a perda financeira esperada em cenários em que se considera a dinâmica e correlações entre os fatores de risco que incidem sobre carteira. A modelagem utilizada é um VaR paramétrico que baseia-se no conhecimento prévio de uma distribuição estatística para fazer o cálculo das perdas financeiras com base em hipótese de comportamento da distribuição de probabilidades dos retornos dos ativos. Para o cálculo do VaR, assumimos um intervalo de confiança de 97.5%, horizonte de 1 dia e uma janela de observações de 300 dias úteis para as séries dos fatores de risco. Volatilidades e correlações são calculadas à partir de uma metodologia de ponderação exponencial em médias móveis (*Exponential Weighted Moving Average* - EWMA com λ 0.94). O VaR associado à cada grupo de fatores de risco é calculado a partir de uma metodologia em Delta Normal onde se calcula a exposição marginal/pontual de cada ativo da carteira à cada fator de risco.

OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

Limitações do modelo: o VaR assume que ocorrências passadas explicam consistentemente a evolução das volatilidades e das correlações futuras o que pode não ocorrer principalmente quando existem poucos registros na amostra. Sendo assim a metodologia não é capaz de sensibilizar a métrica à eventos exógenos tais como mudanças de legislação, eventos políticos relevantes, choques de produtividade exógenos, eventos climáticos não sazonais, entre outros. Além disto, a metodologia assume que a distribuição de probabilidade do retorno da carteira é Gaussiana o que só ocorre consistentemente quando uma série de premissas teóricas são observadas em conjunto.

É utilizado o valor das cotas dos fundos não administrados pela Administradora como fatores de risco (posição à vista em *Equity*) já que não se tem acesso detalhado às informações das carteiras desses fundos. Para os demais fundos, seus ativos são consolidados aos ativos do Fundo.

5 EMISSÕES E RESGATES DE COTAS

As emissões de cotas são processadas com base no valor da cota em vigor no dia da efetiva disponibilidade dos recursos.

Os resgates são pagos no primeiro dia útil subsequente ao da solicitação do resgate, com base no valor da cota em vigor no mesmo dia útil da respectiva solicitação.

Em casos excepcionais de iliquidez dos ativos componentes da carteira do Fundo, inclusive em decorrência de pedidos de resgates incompatíveis com a liquidez existente ou que possam implicar a alteração do tratamento tributário do Fundo ou do conjunto dos cotistas, em prejuízo destes últimos, a Administradora poderá declarar o fechamento do Fundo para a realização de resgates, sendo obrigatória a convocação de Assembleia Geral, no prazo máximo de um dia útil, para deliberar, no prazo de 15 dias corridos a contar da data do fechamento para resgate, sobre as seguintes possibilidades: (i) transferência da Administradora, da Gestora ou de ambas; (ii) reabertura ou manutenção do fechamento do Fundo para resgates; (iii) possibilidade do pagamento de resgate em títulos e valores mobiliários; (iv) cisão do Fundo; e (v) liquidação do Fundo.

6 REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

a. Taxa de administração

A taxa de administração é paga mensalmente e calculada sobre o patrimônio líquido diário à razão de 1% ao ano. A taxa de administração máxima admitida para o Fundo, por consequência das suas aplicações em cotas de outros fundos, é de 2% ao ano, calculada sobre seu patrimônio líquido.

Conforme instrução CVM 555, quando o Fundo mantém aplicações em fundos de índice e fundos de investimento imobiliário cujas cotas sejam admitidas à negociação em mercados organizados ou em fundos geridos por partes não relacionadas ao gestor do Fundo, esses investimentos, não são consideradas no cômputo da taxa de administração máxima.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

b. Taxa de performance

A Gestora faz jus a uma remuneração, a título de taxa de performance, correspondente a 20% sobre a valorização da cota que exceder 100% da variação do CDI (IPCA acrescido de 5% de 9 de fevereiro de 2018 até 25 de outubro de 2018 e CDI, até 08 de fevereiro de 2018), desde que o valor da cota ao final de cada período de cálculo seja superior ao valor da cota do Fundo por ocasião da última cobrança de taxa de performance. Essa remuneração é calculada diariamente, por aplicação, e o pagamento efetuado, quando devido, semestralmente, com base nos semestres findos em junho e dezembro de cada ano, podendo ser antecipado no caso de resgate de cotas.

c. Taxa de custódia

A taxa máxima cobrada pelo serviço de custódia do Fundo é de 0,006% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, sendo garantida uma remuneração mínima mensal de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais), a qual será corrigida anualmente de acordo com a variação do IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Até 25 de outubro de 2018, a taxa máxima cobrada pelo serviço de custódia do Fundo era de 0,003% ao ano sobre o valor do patrimônio líquido do Fundo, sendo garantida uma remuneração mínima mensal de R\$ 130,00 (cento e trinta reais), a qual, a partir de 9 de fevereiro de 2018, passou a ser corrigida anualmente de acordo com a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

7 CUSTÓDIA DOS TÍTULOS DA CARTEIRA

As cotas de fundos de investimento são escriturais e controladas pela Administradora.

8 PRESTADORES DE SERVIÇOS

A Administradora do Fundo contratou os seguintes serviços:

Descrição	Prestador do serviço
Gestão da carteira	Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda.
Distribuição, agenciamento e colocação de cotas do Fundo	A relação com a qualificação completa encontra-se disponível no website da Administradora.
Controladoria	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A
Custódia e tesouraria	BNY Mellon Banco S.A.

9 TRIBUTAÇÃO

a. Cotistas

Imposto de renda

O imposto de renda incidente sobre os rendimentos dos cotistas, quando aplicável, é calculado semestralmente, no último dia útil dos meses de maio e novembro de cada ano, bem como por ocasião do resgate de cotas do Fundo. De acordo com o artigo 1º da Lei nº 11.033/04, os rendimentos auferidos pelos cotistas de fundos de investimento em renda fixa são tributados pelo Imposto de Renda na Fonte com base em alíquotas decrescentes, entre 22,50% e 15%, em função: (i) do prazo de aplicação dos recursos pelos cotistas; e (ii) do prazo de vencimento dos títulos constantes na carteira do Fundo.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

Na apuração do imposto de renda, as perdas apuradas no resgate de cotas de fundos de investimento poderão ser compensadas com rendimentos auferidos em resgates ou incidências posteriores, no mesmo Fundo ou em outro fundo de investimento com a mesma classificação tributária e administrado pela mesma pessoa jurídica em que os cotistas possuam investimentos.

Os cotistas isentos, os imunes e os amparados por norma legal ou medida judicial específicas não sofrem retenção do Imposto de Renda na Fonte.

Imposto sobre operações financeiras

De acordo com o Decreto nº 6.306/07 - Regulamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (RIOF) e alterações posteriores, o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) é calculado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor de resgate das cotas realizado pelos cotistas, limitado ao rendimento da operação, decrescente em função do prazo até a alíquota zero (após 30 dias da data da aplicação).

b. Fundo

Imposto sobre operações financeiras

A carteira do Fundo não está sujeita a nenhuma tributação.

10 POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Os rendimentos são incorporados à posição dos cotistas diariamente.

11 POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A divulgação das informações do Fundo ao cotista é realizada através de correspondência, inclusive por meio de correio eletrônico (e-mail) e canais eletrônicos, incluindo a rede mundial de computadores.

12 RENTABILIDADE DO FUNDO

A rentabilidade calculada com base na variação da cota, comparada com a variação do CDI e comparada com o IPCA acrescido de 5% a.a. (de 9 de fevereiro de 2018 até 25 de outubro de 2018), e o patrimônio líquido médio dos exercícios foram os seguintes:

Exercícios findos em	Patrimônio líquido médio	Rentabilidade (%)	Variação do CDI (%)	Variação do IPCA+5% a.a. (%) (*)
30 de junho de 2019	243.728	8,35	6,32	2,83
30 de junho de 2018	125.872	9,49	7,37	4,07

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Benchmark utilizado para cálculo da taxa de performance.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

13 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2019, o Fundo manteve movimentação em conta corrente no BNY Mellon Banco S.A. ("Banco"), integrante do conglomerado financeiro do qual a Administradora também pertence, assim como o Banco prestou serviço de custódia dos títulos da carteira do Fundo. A despesa de custódia com o Banco, no exercício, no montante de R\$ 13, foi reconhecida na rubrica "Auditoria e custódia" da Demonstração das evoluções do patrimônio líquido. Adicionalmente, em 30 de junho de 2019, o saldo em conta corrente do Fundo, no montante de R\$ 3, no Banco, encontra-se apresentado na rubrica "Disponibilidades" do "Demonstrativo da composição e diversificação da carteira".

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2019, o Fundo apropriou remuneração à Administradora e/ou a Gestora, conforme divulgado na nota explicativa 6.

14 DEMANDAS JUDICIAIS

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

15 ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

- a.** Em Assembleia Geral de Cotistas, de 24 de setembro de 2018, foram deliberadas: (i) a substituição da gestora do Fundo de Brasil Plural Gestão de Recursos Ltda pela Occam Brasil Gestão de Recursos Ltda; (ii) a alteração da denominação social do Fundo de Brasil Plural Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II para Occam Institucional Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado II; (iii) a atualização da denominação do fundo Máster do Fundo; (iv) a alteração na política de investimento do Fundo; (v) a alteração da taxa de performance do Fundo; e (vi) a alteração da taxa máxima de custódia do Fundo. Tais deliberações entraram em vigor em (i) a (iii) em 28 de setembro de 2018, e em 26 de outubro de 2018 as demais.
- b.** Em Assembleia Geral de Cotistas, de 5 de fevereiro de 2018, foram deliberadas: (i) que a remuneração mínima mensal cobrada pelos serviços de custódia será corrigida anualmente segundo a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas; (ii) a alteração na política de investimento do Fundo; (iii) a alteração na taxa de performance do Fundo, com o corte no fechamento de 8 de fevereiro de 2018; e (iv) a incorporação do Brasil Plural Institucional 15 Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, pelo Fundo. Tais deliberações entraram em vigor em 9 de fevereiro de 2018.

**OCCAM INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II
(ANTERIORMENTE DENOMINADO BRASIL PLURAL INSTITUCIONAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO II)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Em milhares de Reais)

16 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informamos que a Administradora, no exercício, não contratou serviços da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

* * *

Carlos Alberto Saraiva
Diretor

Márcio Mota de O. Azevedo
Contador
CRC RJ-071838/O-0